

Território Geraizeiro de Vale das Cancelas: direitos humanos e segurança alimentar no norte de Minas Gerais¹

Júlio César Borges, UNIFAN (Goiás/Brasil)

Resumo: Propõe-se discutir o processo de expropriação territorial das famílias e comunidades de Vale das Cancelas, localizada no norte de Minas Gerais, onde vivem cerca de 1.800 famílias auto-reconhecidas como coletividade tradicional denominada “geraizeiros” (Nogueira, 2009; Dayrell, 1991; CAA, 2015). Os primeiros agrupamentos humanos de origem européia se estabeleceram, na região de Vale das Cancelas, em decorrência da descoberta de diamantes na Serra de Santo Antônio do Itacambirucu no final século XVIII. A partir de então surgem fazendas dedicadas a atividades agropecuárias, que se aproveitaram das extensas áreas de chapadas banhadas por dezenas de córregos e rios. Na gênese do sistema produtivo geraizeiro, encontramos práticas econômicas ligadas à pecuária, agricultura e extrativismo, unindo saberes europeus, africanos e indígenas. Seu modo de vida floresceu nas terras soltas de transição entre Cerrado e Caatinga. Como sublinha Nogueira (2009), essas terras eram chamadas soltas porque não apresentavam limites perceptíveis aos forasteiros. As fronteiras eram guardadas na memória dos moradores e vizinhos resultante da intimidade com o lugar. Contudo, a Lei de Terras de 1850 veio interpor indesejáveis forasteiros entre as comunidades. Essa lei veio facilitar a expropriação territorial das famílias geraizeiras ao exigir registro cartorial para configurar a dominialidade, transformando a terra em mercadoria passível de aquisição unicamente através da compra e venda. Questão premente que aflige os geraizeiros de Vale das Cancelas é, justamente, a insegurança jurídica quanto à posse do seu território e o não reconhecimento pelo Estado. O fato de não possuírem o título de suas terras os torna vulneráveis à ação de fazendeiros, empresas de reflorestamento (monoculturas de eucalipto e pinus) e mineradoras (nacionais e estrangeiras), que voltaram sua atenção para a região devido à descoberta de uma jazida de minério de ferro estimada em mais de um bilhão de toneladas. E assim, os gerais, categorizados como “terras devolutas”, se tornaram áreas estratégicas para expansão capitalista devido à sua baixa declividade, facilidade de mecanização e baixo custo de mercado. A apresentação oral será baseada em trabalho de campo realizado, em janeiro de 2017, com metodologia qualitativa que privilegia o ponto de vista dos sujeitos pesquisados. O objetivo é demonstrar os efeitos da expropriação territorial sobre a violação de direitos, especialmente os direitos humanos e a segurança alimentar desses sujeitos.

Palavras-chave: Território; Comunidade tradicional; Direitos humanos.

1. Introdução

O Território Geraizeiro de Vale das Cancelas foi auto-demarcado, em 2015, com uma extensão de 228 mil hectares, nos quais vivem cerca de 1.800 famílias reconhecidas como

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

coletividade tradicional denominada “geraizeiros”². Os geraizeiros vivem numa área de 120.701 km² no norte de Minas Gerais, na transição entre cerrado, mata seca e caatinga. Seu peculiar ecossistema de Cerrado é um mosaico de ambientes conhecido como “gerais”, onde vêm lidando tradicionalmente com a irregularidade das chuvas, concentradas em apenas quatro meses do ano (Nogueira, 2009, p. 83; Dayrell, 1991 *apud*. CAA, 2015, p. 5). Os gerais comportam as várias categorias de ambientes de cerrado (chapadas, campos de cerrado, campo úmido, carrascos, campo rupestre, campo litólico) que, junto com os cerradões, morros (“tabuleiros”), vazantes, veredas e brejos, vêm servindo de suporte físico para reprodução sociocultural do modo de vida geraizeiro. É costume ocuparem áreas comunais onde fazem criação de animais e o plantio diversificado de ervas medicinais, milho, feijão, mandioca, frutas e verduras, além da pesca, coleta de frutos, mel e ervas medicinais. Bons conhecedores do Cerrado e das suas espécies, os geraizeiros são populações tradicionais que se adaptaram com sabedoria às características do bioma e às suas possibilidades de produção. Os produtos que sobram são comercializados em comunidades vizinhas ou em feiras, beneficiados ou in natura. A criação de animais “na solta” também minimiza os custos e obedece a uma lógica secular que reconhece a capacidade da natureza de alimentar os seus rebanhos.

A atual configuração do espaço onde encontram-se os Geraizeiros do Vale das Cancelas, caracterizado por um mosaico de fragmentos do seu território histórico, cercado por “maciços de eucalipto”, teve início na década de setenta do século passado. A invisibilidade dessa população, imposta desde uma visão histórica do Estado brasileiro sobre esses segmentos sociais, esteve presente na abordagem das terras devolutas no norte de Minas Gerais quando da implantação dos projetos de reflorestamento. Sob esse olhar, aquelas terras foram tratadas como supostamente desocupadas. Pudemos constatar em campo que essa população, inicialmente desinformada de seus direitos, detinha em sua grande maioria apenas a posse da terra sem respectiva titularidade, o que lhe custou significativas perdas territoriais. Não obstante, continuaram ocupando partes de suas terras segundo seus costumes históricos, preservando-as enquanto seu território sociocultural. O cruzamento das informações etnográficas e históricas, acima apresentadas, permite-nos afirmar que as terras atualmente destinadas aos geraizeiros no Vale das Cancelas são as tradicionalmente ocupadas por eles, alcançando essa ocupação uma profundidade histórica de, no mínimo, sete gerações, ou aproximadamente um século e meio³. (Schettino, 2014)

O trecho acima é de um parecer do Ministério Público Federal (MPF), datado de 2014, que vem tendo papel central na luta por direitos desta população. Nele, o antropólogo Marco Paulo Froes Schettino (perito do MPF), por solicitação do Procurador da República Dr. Marcelo

² Agradecimentos à organização FIAN Brasil, de Brasília/DF, que encomendou o diagnóstico participativo sobre o território de Vale das Cancelas e autorizou sua publicação. A logística de campo da pesquisa foi realizada com êxito graças ao apoio do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), parceiros da FIAN e dos geraizeiros aos quais também ficam registrados os mais sinceros agradecimentos.

³ As letras como fonte normal, tamanho dez, foram utilizadas para registrar citações diretas de trechos de obras consultadas. Quando se tratar de falas dos próprios geraizeiros, registradas durante a pesquisa de campo, as letras virão em itálico com igual recuo na margem esquerda.

Malheiros Cerqueira, faz a caracterização sociocultural dos geraizeiros tendo em vista os conflitos socioambientais atuais e sua territorialidade histórica.

A formação do modo de vida geraizeiro remonta à ocupação do norte de Minas Gerais pelos colonizadores europeus, no século XVII. Em busca de áreas para expandir a pecuária ou extrair minérios, eles mataram, desalojaram ou escravizaram indígenas e bem como trouxeram mão-de-obra africana para produção de riquezas. Os primeiros agrupamentos humanos de origem européia se estabeleceram, na região de Vale das Cancelas, em decorrência da descoberta de diamantes na Serra de Santo Antônio do Itacambiruçu no final século XVIII. A partir de então surgem fazendas dedicadas a atividades agropecuárias, que se aproveitaram das extensas áreas de chapadas banhadas por dezenas de córregos e rios. Na gênese do sistema produtivo geraizeiro, encontramos práticas econômicas ligadas à pecuária, agricultura e extrativismo, unindo saberes europeus, africanos e indígenas. Seu modo de vida floresceu nas terras soltas de transição entre Cerrado e Caatinga. Como sublinha Nogueira (2009, p. 70), essas terras eram chamadas soltas porque não apresentavam limites perceptíveis aos forasteiros. As fronteiras eram guardadas na memória dos moradores e vizinhos resultante da intimidade com o lugar.

Contudo, a Lei de Terras de 1850 veio interpor indesejáveis forasteiros entre as comunidades. Essa lei veio facilitar a expropriação territorial das famílias geraizeiras ao exigir registro cartorial para configurar a dominialidade; transformou a terra em mercadoria passível de aquisição unicamente através da compra e venda. Ela passou a definir como “terras devolutas” e, logo de domínio do Estado, as “terras soltas” sob posse tradicional dos geraizeiros, já que não possuíam recursos financeiros para arcar sua compra. “Ainda que os gerais fossem campos de uso comum, os valores para sua regularização de sua posse [que caberiam aos posseiros] excediam as condições financeiras da maioria das famílias que deles faziam uso” (Nogueira, *op. cit.*, p. 150). Assim, o Estado de Minas Gerais passou a ceder à iniciativa privada extensas áreas de chapadas na condição de “terras devolutas”, categoria que foi reforçada Estatuto da Terra de 1964. Estima-se que haja, nesse estado, cerca de 11 milhões de hectares de terras devolutas – a maior parte, apropriada ilegalmente por interesses privados, tal como vem sendo denunciado pelos geraizeiros em sua porção norte.

Esse cenário vem sendo favorável à expropriação territorial das famílias e comunidades geraizeiras. Questão premente que aflige os geraizeiros de Vale das Cancelas é, justamente, a insegurança jurídica quanto à posse do seu território.

O fato de não possuírem o título de suas terras os torna vulneráveis à ação de fazendeiros, empresas de reflorestamento e mineradoras (nacionais e estrangeiras). Os chamados “reflorestamentos” (monoculturas) ocupam extensas áreas homogêneas de plantio de eucalipto e pinus. Elas são destinadas – no caso do eucalipto (*Eucalyptus* spp.) - à fabricação de celulose, papel e carvão vegetal; a madeira serrada do pinus (*Pinus* spp.) é utilizada na indústria de móveis nas regiões sul e sudeste. O crescimento desses plantios homogêneos, a partir da década de 1970, contou com incentivos fiscais e financeiros no contexto de uma política desenvolvimentista de Estado, sob égide do regime militar (ver Nogueira, 2009, p. 135 ss.). Através da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), foram feitas concessões e arrendamentos de terras devolutas a baixo custo para as empresas, a primeira delas a Floresta Rio Doce, subsidiária da Cia. Vale do Rio Doce, então de capital estatal. Em Minas Gerais, os governos federal e estadual promoveram o plantio homogêneo de eucalipto em mais de um milhão de hectares de terras, correspondendo a cerca de 10% de toda região norte do estado. As mineradoras voltaram sua atenção para região devido à descoberta de uma jazida de minério de ferro, estimada em mais de um bilhão de toneladas. Três grandes empresas têm interesses de exploração: Vale S/A, Mineração Minas Bahia (MIBA), do grupo cazaquistânês Eurasian Natural Resources Corporation, e Sul Americana de Metais S/A (SAM), controlada pela Votorantim Novos Negócios em parceria com a chinesa Honbridge Holdings Limited. E assim, os gerais, categorizados como “terras devolutas”, se tornaram áreas estratégicas para expansão capitalista devido à sua baixa declividade, facilidade de mecanização e baixo custo de mercado.

Com isso, a situação do Território Geraizeiro de Vale das Cancelas é de ameaças ao modo de vida geraizeiro, à soberania alimentar das comunidades e à segurança alimentar das famílias. A terra disponível para produção própria de alimentos vem diminuindo, ano após ano, e, hoje, a maioria das famílias tem de recorrer à compra de alimentos nas cidades próximas. O acesso monetário aos alimentos é limitado pelas poucas alternativas de geração de renda na região, já que as empresas empregam poucas pessoas, em condições precárias e temporariamente. Outro elemento que compromete a segurança alimentar é a dispersão de agrotóxicos, nas plantações de eucalipto, que contaminam o solo, a água e os animais. Acrescente-se que muitas famílias perderam sementes tradicionais, as abelhas sumiram e a área disponível para criação de animais e coleta de frutos é diminuta. Alcoolismo, violência, prostituição e drogas já são um problema social sentido pelas famílias que, contudo, não contam ações do poder público que, em seu nível estadual, vem cerceando direitos com a instalação da Usina Hidroelétrica de Irapé e do Parque Estadual Grão Mogol, inclusive o direito humano à alimentação, como mostraremos mais à frente.

Para investigar de perto essa situação, foi realizado trabalho de campo qualitativo entre os dias 14 e 16 de janeiro de 2017. Encontramo-nos com os geraizeiros no Acampamento Alvimar Ribeiro dos Santos, construído - às margens da estrada municipal que liga o Distrito de Vale das Cancelas à sede do município de Grão Mogol - como estratégia de resistência política contra a grilagem de suas terras. Cerca de quarenta famílias estavam ali instaladas permanentemente. Com elas e outras que vieram de diferentes locais do território, realizamos grupos focais com homens e com mulheres, estes conduzido por pesquisadoras do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA). Participaram dos grupos focais de trinta representantes das seguintes comunidades: Sobradinho, Bosquinho, Fazenda Rodeadouro, Distrito de Vale das Cancelas, Buriti, Fazenda Estreita, São Lourenço, Curral de Vara, Batalha, Córrego da Lapa, Ventania/Comunidade Bonfim, e Chapada/Acampamento. Além disso, foram percorridas as seguintes comunidades: Tingui, Bosque e Lamarão, onde foram feitas entrevistas abertas e semi-estruturadas com lideranças e chefes de domicílios. A coleta de dados foi precedida da leitura e assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido.

2. Caracterização do território geraizeiro

O caso de violações de direitos em Vale das Cancelas requer a compreensão da noção de território. Essas famílias geraizeiras vivem na região há cerca de cento e cinquenta anos, mas desde a década de 1970 vêm empreendendo uma luta ferrenha, embora desigual, contra agentes externos poderosos. Seu esforço é direcionado para retomada de parcela do espaço que lhe foi (e continua sendo) subtraído por fazendeiros, empresas privadas e o próprio Estado (nos três níveis de governo); por outro lado, em reavendo esse espaço, o desafio é a recuperação ambiental das áreas que foram degradadas pela sanha capitalista de lucro a todo custo. Esse espaço compreende as chapadas, cabeceiras de vários rios, córregos e nascentes da Serra Geral que, aqui, é conhecida como Serra do Espinhaço. Trata-se, pois, de um espaço que é vivido, apropriado e utilizado tradicionalmente pelas famílias geraizeiras, contudo num contexto sociopolítico marcado por relações de poder que lhes são desfavoráveis. Frente a isso, os geraizeiros têm se esforçado para fazer valer o direito de controlar seu próprio território.

O território é construído pelo domínio político e a apropriação material e simbólico-identitária empreendidos por determinados grupos sociais sobre um espaço específico (Haesbaert e Limonad, 2007 *apud*. CAA, 2015, p. 7). Requer o exercício do poder material e simbólico de indivíduos e grupos sobre o ambiente biofísico: a dimensão simbólica remete à subjetividade, aos

significados culturais que constituem a identidade coletiva a partir da relação com o espaço vivido; a dimensão material tem caráter político e aponta para maior ou menor capacidade de disciplinar os usos sobre esse espaço. Esses dois aspectos estão inter-relacionados e serão evidenciados na discussão que se segue sobre a territorialidade geraizeira. Conforme Little, a territorialidade aponta para o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” (2002, p. 3). É disso – do domínio político e da apropriação simbólica do território - que depende a autodeterminação coletiva, a soberania alimentar e a segurança alimentar das famílias geraizeiras de Vale das Cancelas.

Tendo isso em mira, é fundamental tomar como referência o Relatório de Autodemarkação do Território Geraizeiro de Vale das Cancelas. Na perspectiva das lideranças comunitárias e chefes de famílias, esse território é ocupado por 73 comunidades e tem uma área aproximada de 228.000 (duzentos e vinte e oito mil) hectares, estando subdividido em três núcleos principais. São eles:

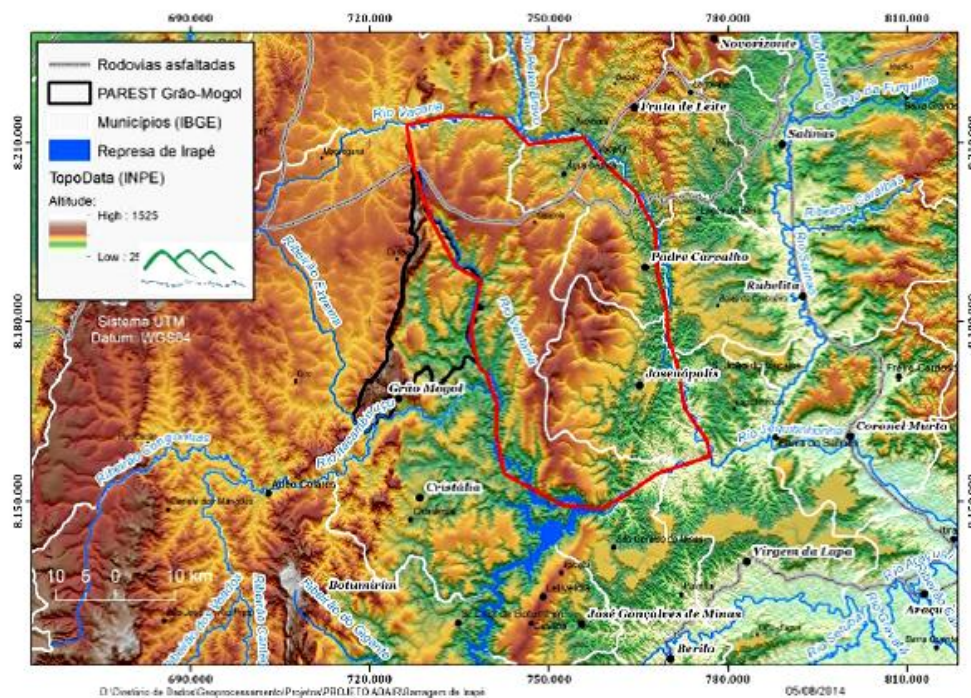
Tabela 1. Núcleos territoriais de Vale das Cancelas, comunidades e número de famílias.

Núcleo territorial	Municípios	Comunidades	Nº total de famílias
Lamarão	Grão Mogol e Padre Carvalho	Lamarão, Córrego da Batalha, Córrego do Vale, Fazenda Sobrancelha, São Francisco, Morro Grande (70 famílias) e Diamantina, Barra de Canoas, Água Branca, Reberãozinho, Vaquejador e Miroró.	308
Tingui	Grão Mogol e Padre Carvalho	Tingui, Cural de Varas, Bucaina, Bom Fim Estreito, Vale das Cancelas, Fazenda Cantinho, Bosque, Taquaral, Cabeceira do Maciel, Andorinha, Santa Rita, Ventania, Córrego São Lourenço, Bosquinho, Laranjeira, Córrego do Engenho, Boa Vista, Córrego do Teixeira, Buriti	454
Josenópolis	Josenópolis, Grão Mogol e Padre Carvalho	Cural de Vara, Curralinho, Sussuarana, Cedro, Córrego Caeté, Vila Nova, Borá, Ouvidor I e II, Córrego da Ilha, Recanto Feliz/ Córrego da Lapa, Barreiro de Fora/ Manda Saia, Margarida/ Solidade, Mato Alto/ Angico, Mangabeira, Ribeirãozinho, Baixa Grande, Araçá, Olhos d’água, Pintado, Barreiro de Dentro, São Vicente, Cercadinho, Jacu, Água Santa.	1043

Fonte: CAA (2015)

O Território Geraizeiro de Vale das Cancelas está localizado entre os municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho e Josenópolis, sendo cortado pela BR 251 desde o alto da Serra Bocaina até a ponte sobre o rio Vacaria, com vegetação de cerrado, mata seca e trechos de transição para a caatinga. A rede hidrográfica também compreende os rios Ventania, Itacambiruçu e Jequitinhonha e seus vários afluentes que, “até então perenes, passaram à condição de intermitentes, afetados principalmente pelas extensas monoculturas de eucalipto implantadas nas áreas de recarga limitando drasticamente o suprimento de água no período seco” (CAA, 2015, p. 28; grifos meus). Neste território geraizeiro, restam diversas espécies de árvores e plantas, aves, mamíferos, répteis e anfíbios, algumas das quais ameaçadas de extinção como, por exemplo, o veado-campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*) e a suçuarana (*Puma concolor*). Abaixo, segue o mapa com sua autodelimitação.

Imagem 1. Mapa do Território Geraizeiro de Vale das Cancelas (perímetro vermelho).

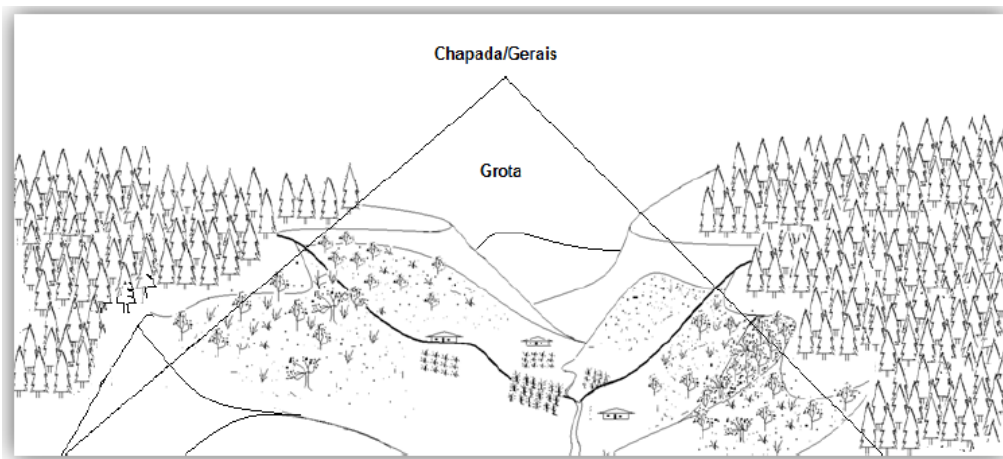


Fonte: Dayrell (2015, p.4)

Os geraizeiros de Vale das Cancelas identificam duas grandes unidades ambientais em seu território. Um deles é a “grota”, que abarca as partes baixas dos vales, tradicionalmente local de morada e trabalho onde, hoje em dia, as famílias estão encurraladas pelos plantios de eucaliptos e pinus; nas grotas estão localizadas muitas nascentes e cursos d’água nas margens dos quais são feitas as roças em solo fértil. Nas grotas brotam várias espécies frutíferas nativas do Cerrado

(mangaba, coco macaúba, babão e catulé, rufão, fruta de leite, gabioba, murta, araçá e murici). O outro ambiente são as chapadas, áreas planas mais altas outrora ricas em biodiversidade e objeto de uso comum para o plantio de mandioca, extrativismo, caça e criação de gado “na solta”; extensas áreas de chapadas estão atualmente ocupadas pelas monoculturas empresariais.

Imagem 2. Classificação nativa dos ambientes na região de Vale das Cancelas.



Fonte: Fonseca (2014).

O território geraizeiro de Vale das Cancelas é tecido pelas relações sociais que articulam as comunidades entre si e por aspectos geográficos que estabelecem fronteiras naturais e simbólicas com o mundo exterior. A interação entre comunidades é mais ou menos estreita de acordo com as distâncias físicas e os vínculos de parentesco e aliança política responsáveis pela formação dos núcleos comunitários apontados acima: Tinguí, Lamarão e Josenópolis. Diante da expropriação territorial e da conseqüente ameaça de dissolução dos laços comunitários, “há uma perpetuação do modelo de parentesco com o estabelecimento de alianças – através relações de vizinhança e do casamento, com outras comunidades circunvizinhas” (CAA, 2015, p. 27). Isso garante sua permanência no território e a reprodução sociocultural do modo de vida geraizeiro.

3. Modo de vida geraizeiro

De acordo com os moradores de Vale das Cancelas, as primeiras famílias chegaram à região no século XIX ou há sete gerações, como gostam de enfatizar. Desde então, as redes de reciprocidade, aliança política, parentesco e compadrio se espalharam sobre o território atualmente

reivindicado. Os processos produtivos desencadeados pela expansão do capitalismo, embora tenham tido impactos sobre a organização social e a economia geraizeira, não eliminaram o modo de viver intrinsecamente relacionado aos gerais. A territorialidade fomenta o sentimento de pertença ao lugar e ao mesmo tempo fortalece a identidade geraizeira construída ao longo de mais de um século de convivência com o Cerrado. “As relações sociais de territorialização e identificação com a biodiversidade regional estão interligados entre si e constituem a identidade territorial geraizeira” (CAA, 2015, p 11). A partir dessa convivência desenvolveram estratégias de ocupação e uso do território para lidar com as adversidades.

Isso é resultado da combinação de elementos socioculturais de diferentes matrizes civilizatórias. Na agricultura, alimentação, religião, língua, dança, arte, organização social, arquitetura, se mesclam a influência européia (colonizadores portugueses), africana dos negros fugidos da escravidão que aí buscavam refúgio e indígena dos habitantes originários. Nas entrevistas com os geraizeiros, muitos destacaram os vínculos de parentesco com indígenas, possivelmente da lendária nação dos Botocudo. Sr. Agílio, por exemplo, morador de 84 anos da comunidade de Tingui, ressaltou: “então é tudo nativo daqui, descendência desses antepassados de meu familiar é tudo nativo daqui; é tudo nativo dessa beira de rio. Minha mãe falava que nós temos descendência de índio”. No isolamento da região, floresceu o modo de vida geraizeiro.

O geraizeiro ele tem um modo de vida diferenciado. Os gerais é diferente da caatinga. Nos gerais é onde que tem o pequi, o rufão, a fruta de leite... Em época nenhuma do ano ele não passa fome, porque os gerais são ricos de tudo quanto é espécie de frutas: uma época é uma fruta, na outra é outra; sempre tem frutas, tem rufão, tem a fruta de leite, tem a mangaba e tem outras espécies que eu não estou me lembrando agora, tem a pinha, tem o jatobá. Então é riquíssimo nossos gerais! E nós pés dos gerais tem as minas de água que desce, e a chapada é considerada “caixa d’água”, onde que a chuva bate e a água vegeta nos pé dos morro, então nossas minas é muito rica e nós não pode deixar mais as empresas de monocultura e nem mineração atuar na nossa região. (Sr. Valdivino, liderança do movimento geraizeiro, 16 de janeiro de 2017).

O que fala acima ressalta é a capacidade dos geraizeiros de obter alimentos malgrado a limitada fertilidade dos solos. Essa dificuldade de produção de alimentos vem sendo contornada a partir de diversos usos tradicionais do território, sempre com emprego da mão-de-obra familiar. Todo excedente (quando há) é comercializado nos núcleos urbanos da região.

Uma das estratégias é o extrativismo: de frutos nativos, mas também de plantas medicinais, lenha, madeira, látex de mangaba. Essa coleta era realizada principalmente nas chapadas, reconhecidas como “caixa d’água” devido ao seu papel de reservatório de águas das chuvas que nelas se infiltram. Nos “pés dos morros”, ou seja, nas terras baixas e de vazante, desenvolveram a agricultura (arroz de brejo, milho, feijão, amendoim, fava, feijão de corda, feijão catador, andu).

Nos tabuleiros (áreas intermediárias) e margens de córregos e rios é onde vêm construindo suas casas (de adobe ou alvenaria cobertas de palhas ou telhas de barro), próximas das quais mantêm paiol, tenda de farinha e forno de barro, além pomares com frutas (laranja, limão, mamão, umbu, maracujá, morango, abacate, jaca, caju, amora, banana, abacaxi, cana), ervas medicinais, verduras, tubérculos e temperos (chuchu, maxixe, abóbora, mandioca, couve, alface, urucum, pimentas). Nos quintais de algumas casas, chiqueiros e galinheiros se destinam à produção de proteína animal, bem como a criação de gado.

Quanto a esta prática, é importante destacar seu papel não apenas na economia local, mas também para a definição da identidade geraizeira. Trata-se da criação de gado em áreas de uso comunal ou, conforme terminologia nativa, “na solta”. Segundo o relatório do CAA (2015, p. 26), “os mais velhos contam que, até por volta de 1975, quase todas as famílias da região criavam gado, no tempo em que elas podiam utilizar as chapadas como área de solta coletiva”. Conforme enfatiza um geraizeiro, a luta pelo território envolve a recuperação do controle do espaço outrora comunal: “esse território recupera e solta, para quem puder criar seu gado tranqüilo porque antigamente eles criavam o gado tranqüilo. Aí, um falava com o outro – ‘fulano, seu gado está em tal lugar, eu rodei em tal lugar e seu gado está em tal lugar, eu rodei naquele lugar e tal’ (Sr. Valdenir, comunidade Tingui, 15 de janeiro de 2017).

O cercamento dos gerais veio com as empresas de reflorestamento (eucalipto e pinus) . A chegada dessas plantações impôs barreiras violentas ao uso das chapadas pelas famílias geraizeiras e as empurraram para os fundos de vale e grotas, onde sofrem restrição quantitativa de alimentos, contornada pelas redes de apoio mútuo . As famílias vivem em terras devolutas estaduais, mas as autoridades públicas, ao serem questionadas a respeito, dizem que as empresas possuem títulos de propriedade. “Eles falam que é das empresas, sendo que as empresas chegou dos anos setenta para cá, quando chegou nossos avós, nossos pais já existia. (...) Então se é direito, o direito é nosso e não de empresa” (Sr. Valdivino, liderança geraizeira, 16 de janeiro de 2017). Esse padrão de ocupação das terras é recorrente ao longo da história do país, conforme assinala o historiador Boris Fausto: “Em um quadro desse tipo, prevaleceu a lei do mais forte. O mais forte era quem reunia condições para manter-se na terra, desalojar posseiros destituídos de recursos, contratar bons advogados, influenciar juízes e legalizar assim a posse de terras” (Fausto, 2015, p. 161).

Como vimos, as primeiras empresas chegaram em meados da década de 1970. Vivíamos então o durante o regime militar que, através da SUDENE, promoveu a expansão das relações capitalistas de produção para o norte de MG. Com apoio dos coronéis locais, houve perseguição a lideranças comunitárias, algumas foram presas e assassinadas. As famílias de outras tantas

lideranças tiveram de sair da região rumo ao sul do país para sobreviver à violência institucional a serviço das empresas capitalistas.

Muita gente aqui não entendeu porque daquilo, mas nós estávamos em pleno período militar e um bocado de gente saiu daqui expulso. Teve que sair daqui expulsado da terra mesmo, teve que mudar de lugar, teve que formar aquelas fileiras de favelados lá na cidade. E acabou as famílias! Isso foi em 74, de lá para cá algumas voltaram, mas nem todas, porque tem um tanto de gente nossa, parente nossa aqui que não volta aqui mais. Foi tudo embora porque a repressão era muito grande! Quando a gente vê falar do período militar a gente pensa que foi só nos centros urbanos, nunca que a gente coloca área rural, mas a área rural também sofreu uma pressão imensa, imensa, uma violência imensa, porque também o município era mandado por coronel, os municípios aqui tudo era coronel, esses coronel tudo estava ligado com o período militar, concordaram com o golpe, aí nós ficamos sofrendo. (Sra. Lourdes, comunidade São Lourenço, 15 de janeiro de 2017)

A expropriação das chapadas pelas empresas de reflorestamento (eucalipto e pinus) é uma marca fundamental entre o tempo passado e o presente. Se antes eram auto-suficientes, “só saía [do território] para comprar sal”, essa expansão capitalista demarca um ponto divisor na temporalidade dessa população: o passado é visto com significados positivos associados à fartura, liberdade e segurança, enquanto o presente é o período de violência, injustiças e escassez.

3.1. alterações na cultura material e imaterial

O problema nosso quando a gente fala do agrotóxico, antes de tudo o agrotóxico nós recebemos as missões que vieram para plantação de eucalipto, essas missões nos tirou tudo. Quando a gente fala de bem material a gente esquece de falar do imaterial que era as nossas culturas, as nossas fogueiras, as nossas festas, as nossas crenças, nosso modo de ser, porque nós recebemos o contato com outros povos que tinha interesses em mudar inclusive a nossa religião, os nossos costumes, porque ficava mais fácil de dominar, quando eu falo disso eu falo principalmente que nós conhecia, a gente ouvia falar de outras religiões, mas nós não tinha apego a outra religião aqui não, quando veio essas missões elas traz o forasteiro e traz isso. (Sra. Alaíde, distrito de Vale das Cancelas, 15 de janeiro de 2017)

Como a chapada também era coletiva, e a gente fala coletiva, mas a gente nem entendia o que era coletiva, que a gente era amigo um do outro, então o gado era junto, o povo que tivesse que caçar, caçava junto, não tinha essa coisa de, ‘ah, você não pode entrar aqui porque tem uma cerca’. Não era assim! E aí plantava aqui e muitas vezes saía para plantar na terra quente o que não dava aqui, quando veio a floresta aqui que nem entendia até hoje quando a gente pega tem uns que fala assim, é a floresta Rio Doce, não, não é a floresta Rio Doce porque a floresta Rio Doce era estatal, não era assim era uma particular, na verdade particular ou não foi essa plantação que está aí que nos expulsou daqui. (Sra. Lourdes, comunidade São Lourenço, 15 de janeiro de 2017)

3.2. antes tinha mais comida e ela era natural

Aí no tempo de eu criança com os meus pais, aí a gente plantava muito arroz, aí a gente pegava o arroz quando amadurecia torrava no forno e pilava e fazia um frango, ou espinhaço de porco, comia aqueles pratos da suã, no quintal os coentros era natural, porque o coentros já nascia, não precisava fazer horta, as mostardas, duas folhas de mostarda era pronto para salada, e a gente comia na maior gostosura, o sabor é outro, o sabor da hortaliça hoje não é pelo sabor, lá naquele tempo era muita fartura, a gente não tinha precisão de comprar, nem ir na casa do vizinho, porque no quintal da casa da gente já tinha, você plantava roça aquela semente do ano para o outro, não precisava plantar mais, a semente caía, dava chuvinha, chuva, tornava a nascer e produzia a mesma coisa, hoje se a gente quer uma verdura a gente tem que comprar, muitas vezes você planta e não produz, você compra ela já estragada, e não tem sabor mais, então a mudança é muito grande, muito, muito mesmo, a gente, os frangos quando a gente levantava de manhã para jogar o milho, você não dava conta, vinha de voeiro, os frangos, aqueles bichão da pernona amarela, né, os porcos no chiqueiro, se eu falar umas aqui fala que é mentira, muitas vezes os porcos engordava, rachava, tinha que tampar de barro para bicho não comer, era assim, e os porcos era solto, eles já vivia para lá, deitava, porque tinha muita água, quem tinha água no quintal porque naquele tempo a água já era de chuva mesmo, qualquer grotta, qualquer lugar juntava água, eles vinham, as mãos deles enterrava de tão gordo, e deitava lá e lameava, deitava e ficava lá, né, que o solo esquentava demais, então quando tirava dois tinha três, tirava tinha mais três, era desse jeito, e eu mesma nos meus quatorze eu ia fazer farinha para sobreviver, limpar café no pilão, limpar arroz no pilão para vender na feira, levar carga para os Riachos dos Machado. (Sra. Maria de Lourdes, comunidade Vale das Cancelas, 15 de janeiro de 2017)

Antigamente como eu estava falando, a gente comia mais as comidas natural, domingo a gente fazia a polenta, nós fala angu, né, que a gente gostava muito, um fala angu outro fala polenta, nós fazia farinha, fazia o arroz de milho, naquele tempo a gente quase não usava esse arroz que nós usa hoje, usava mais arroz de milho, farinha de milho, tal de polenta. (...) Fazia a canjicon, que até hoje a gente faz ela; a gente fazia em casa, fazia óleo de coco, criava porco, eu mesmo criei muito porco, o meu pai criava muito porco; a gente usava assim em casa, matava um leitãozinho para despesa, de vez enquanto engordava um e vendia, levava em Grão Mogol e vendia o toucinho dele, a carne, então a comida é só comida natural mesmo, produzido de cá mesmo (...). Óleo de pequi, o povo tirava óleo de pequi, que até hoje quando dá pequi na região eles ainda tira. A gente comia óleo de pequi, óleo de coco, toucinho, não precisava comprar, toucinho às vezes a gente comprava em Grão Mogol toucinho, quando a gente não tinha de casa, umas das coisas a gente comprava, mas mais era comer natural mesmo, e verduras, verduras que a gente produzia de cá. (Sr. Agílio, comunidade Tingui, 15 de janeiro de 2017)

3.3. foi-se o tempo de liberdade e segurança

Como a gente tinha uma liberdade enorme naquela época que não tinha os eucaliptos, porque as empresas não tinha chegado. Quando as empresas começou a chegar, como a gente não tinha informação a gente achava que a chapada não servia para nada, sendo que a gente estava usando ela sim, com o nosso gado, com as nossas frutas, que a gente saía, a gente viajava um trecho, a gente não passava fome porque tinha fruta para comer nativa, então tinha lugar que a gente passava em nascentes, então a gente já matava a sede no trecho de doze quilômetros sempre se passava por nascente, então, assim, eu lembro bem dos lugar que eu visitava, das festas que tinha. (Sra. Alaíde, distrito de Vale das Cancelas, 15 de janeiro de 2017)

Eu conheço isso aqui. Nasci nessa região e estou até hoje. Acho um despautério dessas empresas porque antigamente a gente tinha uma vida saudável, a gente andava mais de quinze metros dentro das veredas. O que é vereda? A vereda é onde nasce aquela água cristalina, a gente podia chegar qualquer momento e tomar daquela água, banhar com aquela água, usar aquela água para qualquer coisa que fosse. E hoje a gente não temos mais essa liberdade. E outra coisa...a violência que nós vivemos hoje, que é criado por essas empresas, porque nesse tempo a gente ia, andava a cavalo nessas chapadonas, campeando as vaquinhas, e hoje não temos essa liberdade mais: se eu sair por aí a cavalo

eu sou atacada por um bandido. Então a gente sofre tudo isso por causa desse movimento dessas empresas que chega trazendo gente desconhecido para os lugar, trazendo outras pessoas de outros lados que a gente nem sabe quem é. Acabou aquela paz! (Sra. Maria Sebastiana, comunidade São Lourenço Buriti, 15 de janeiro de 2017)

As dificuldades só não são maiores devido às redes de apoio mútuo. “E os que não tem salário no mês que está apertado os que tem ajuda os outros. Graças a Deus o pessoal é assim: um vê que o outro está precisando, vê aí o que o pode fazer ou se eu tenho uma coisa a mais eu levo aqui e ele pega o que não tem”. Dona Adelina sintetiza essa fala do sr. Domingos, do Lamarão: “Não tem ... auxilia nós, eles não tem ... nós também auxilia eles”.

4. Ameaças à Soberania e Segurança Alimentar e no Território de Vale das Cancelas

A análise das condições sociais, econômicas, políticas e culturais, que afetam a soberania e segurança alimentar e nutricional no Território Geraizeiro de Vale das Cancelas, está baseada no conceito internacionalmente reconhecido do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA). Ele é indivisivelmente ligado à dignidade da pessoa humana e é indispensável para a realização de outros direitos humanos. Esse direito realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. Ou seja, o DHANA necessariamente remete à disponibilidade do alimento, em quantidade e qualidade suficientes, bem como o acesso a ele de forma sustentável, culturalmente adequada e de modo que não interfira com a fruição de outros direitos humanos (ONU, 1999; ver também FIAN Internacional, 2010).

A dimensão nutricional deve estar atrelada ao direito à alimentação adequada. Além disso, também estão atreladas a esse direito a soberania alimentar e os direitos das mulheres no contexto de processos sociais, políticos e econômicos mediante os quais os alimentos são produzidos, acessados, transformados e consumidos, estando livres de substâncias adversas e sendo adequados aos valores culturais da comunidade (Valente, 2016, p. 3). Noutros termos, o processo alimentar (etapas da produção, intercâmbios ou comercialização, transformação e consumo dos alimentos) é a base sobre a qual se constrói a segurança alimentar e nutricional: condição em que se constata a disponibilidade dos alimentos, acesso, satisfatória utilização biológica pelo corpo humano e estabilidade dos três últimos elementos. Assim sendo, são dimensões indivisíveis do DHANA:

1. O direito a participar de forma direta e efetiva, na elaboração, gestão, implementação, e monitoramento, política de segurança alimentar e nutricional e de políticas e/ou atividades de qualquer tipo, que interfiram com a fruição do direito ou que a promovam, facilitem e garantam, em âmbito local, municipal, estadual e federal;
2. O direito de estar livre da fome e da desnutrição, o que também abrange o direito de acesso à água potável;
3. O direito de acesso aos meios necessários para a produção (território, sementes, água, etc), consumo (informação, regulação de publicidade, por exemplo) e utilização biológica (saúde, cuidados, entre outros) para uma boa nutrição ao longo das gerações;
4. O direito da mulher e da menina, de exercer sua autonomia e controle sobre o seu corpo e de realização de todos os direitos humanos da mulher, inclusive os de caráter sexual e reprodutivo;
5. O direito a obter os alimentos adequados (livre de substâncias adversas ou que representem ameaça à saúde), sustentáveis (quanto à produção e ao consumo) e culturalmente aceitáveis, incluindo o acesso físico e econômico aos alimentos;
6. O direito à equidade (econômico, social, ambiental, de raça, de gênero, de geração, de oportunidade) em cada um dos componentes mencionados;
7. O direito a controlar os recursos produtivos e demais elementos e etapas do processo alimentar– soberania e autonomia alimentar;
8. O direito de usufruir as potencialidades decorrentes do gozo de um estado nutricional adequado, tais como: o potencial de crescer e desenvolver-se, o potencial imunológico para proteger-se de doenças; a capacidade de aprender e desenvolver seu potencial cognitivo de forma interativa e iterativa, desenvolvimento afetivo, inter alia. Potencialidades que são a base material e cognitiva da indivisibilidade de direitos humanos;
9. O direito a exigir esse direito, quando por ação ou omissão do Estado ele estiver sendo violado em qualquer de suas dimensões (Borges e Silva, 2017).

Como já ressaltado, entre as famílias geraizeiras de Vale das Cancelas, há restrição quantitativa e qualitativa dos alimentos. O cenário encontrado, em janeiro de 2017, foi de flagrante violação do direito humano à alimentação e nutrição adequadas, em cuja base está a questão fundiária. “A noção de terra como patrimônio coletivo justifica a legitimidade das práticas de extrativismo e solta de gado. De toda forma, o trabalho na terra continua sendo a condição primária para a compreensão da cosmovisão dos geraizeiros do Vale das Cancelas” (CAA, 2015, p. 27). Ocorre que a expropriação das chapadas pelos interesses capitalistas e o encurralamento das famílias nas grotas comprometem o abastecimento doméstico e levam ao esvaziamento do território. Muitos vão para o sul de Minas Gerais e São Paulo devido às dificuldades para obter emprego, garantir renda e comprar comida e outros bens. As empresas que exploram os gerais não contratam a mão-de-obra local e o resultado, desemprego!

Então a gente não vê resultado dessa produção em prol da população afetada. Por isso a empresa Suzano, por exemplo, não gerou emprego para nós aqui, todos os funcionários das dez máquinas que ela pôs para cortar eucalipto aqui era gente de fora, de outros municípios e da Bahia. São pessoas treinadas que ela trouxe de fora.

Porque o projeto de desenvolvimento, proposto pelo governo nos anos 70, foi a monocultura de eucalipto aqui na região. Expulsou as famílias com a promessa falsa, uma promessa mentirosa que ia gerar emprego. Gerou um empregozinho escravo, porque nós temos aí, vocês podem olhar que tem denúncia da pastoral da terra nos anos de 1980, que foi encontrado aqui nas áreas da floresta Rio Doce trabalho escravo. Pessoas passando fome em carvoeiras, cortando lenha, muitos aqui passou fome em carvoeira para poder ganhar um centavinho a mais para levar para a família em casa. Ele é obrigado a comer só o feijãozinho, um arrozinho daquele quebradinho, arroz quínera que fala, industrializado para poder sobreviver. E hoje é do mesmo jeito, muitos tem que ganhar o pão vendendo dia de serviço, trabalhando para um, trabalhando para outro para poder chegar o alimento em casa, mas antes tinha com fartura. (Sr. Adair “Nenzão”, liderança geraizeira, 15 de janeiro de 2017)

As fontes de renda são os benefícios da previdência social (aposentadoria, Benefício de Prestação Continuada, auxílio doença) e programas de transferência de renda, principalmente o Programa Bolsa Família (cujos valores recebidos vêm sendo cortados), além de empregos mal remunerados.

O atual contexto histórico em que vivem essas e outras comunidades da região de Vale das Cancelas leva à necessidade de acesso ao dinheiro para a aquisição de bens materiais, e mesmo para comprar alguns produtos como roupas e alimentos, que não são produzidos na região. Tal fato provocou o assalariamento dos geraizeiros, desta forma, para complementar a renda familiar, a venda da mão-de-obra nas firmas de reflorestamento e a migração sazonal - às vezes permanente - são estratégias inseridas no sistema de produção do grupo como condição para a permanência da família ou parte da família no lugar. (CAA, 2015, p.27)

Como nem cestas de alimentos recebem, o que lhes resta é tentar a sorte longe do seu território tradicional. “É por isso que o pessoal sai desse lugar aqui. Não tem firma, não tem nada. As firmas que vêm de fora não dá serviço para ninguém. Muda para a cidade, igual aí, a maioria das pessoas que era daqui mora tudo em Diadema, em São Paulo; não tem um que queira ficar”, é o que nos relata dona Maria Lúcia, da comunidade Tingui. Além de comprometer a reprodução social da cultura geraizeira, esse êxodo abala os pilares da soberania alimentar e não dá segurança alimentar às famílias que ficam.

O conceito de soberania alimentar, por um lado, permite que se antevejam as causas originárias da insegurança alimentar e nutricional e, por outro, é instrumento de luta das comunidades locais pela manutenção de seus modos de vida (Valente, 2016, p. 9). O quadro de referência da soberania alimentar centraliza a dimensão do poder, identificando quem deve controlar os recursos produtivos e o uso deles. Envolve dimensionar a promoção da biodiversidade na produção local e regional, de acordo com os princípios e práticas agroecológicos, como ferramenta potencial para promover dietas diversificadas, saudáveis, seguras e nutritivas, eliminando também a contaminação de alimentos com agrotóxicos. A soberania alimentar exige que

se considere a adequabilidade do ponto de vista quantidade e qualidade, segundo concepções culturais acerca do “bom” alimento (ver Borges e Silva, 2017). Infelizmente, não é isso que se verifica no Território Geraizeiro de Vale das Cancelas, já auto-demarcado porém à espera de regularização fundiária e objeto de interesses capitalistas.

O gado nosso era criado na solta, todo mundo criava o gado na solta, o gado ia para a solta, voltava para os lugarejos de novo, não tinha empresa de monocultura, na chapada nós colhia as frutas do cerrado, rufão, a fruta de leite, a mangaba e várias espécies de remédio, na chapada tem seiscentas espécies de remédio, tudo remédio bom que nós quer voltar àquele tempo de antigamente, usar os remédio da flora e a fauna. Coletava o mel, depois da monocultura dos eucaliptos as abelhas quando acha uma abelha acha muita abelha morta, não tem mel, eles batem agrotóxico, acaba com a flora e a fauna então as abelhas também não tem vida. (Sr. Valdivino, liderança geraizeira, 16 de janeiro de 2017)

Com relação à alimentação está difícil demais porque muitas coisas é industrializado, a gente está comendo, mas o pessoal está adoecendo demais, e a gente sem acesso às coisas que a gente precisa que é a terra para a gente poder produzir e acesso a um financiamento para poder produzir aquilo que a gente consome, por isso aí fica difícil demais, a gente vai comprar coisa lá no supermercado nunca é igual aquilo que a gente planta, é muito caro, e além de caro é coisa que a gente consome com medo, porque é coisa só produzida com agrotóxico, mas não tem jeito porque a gente fica aí nadando de braçada, enxergando a gente sair dessa, mas fica assim, tipo um sonho em vão, que a melhor coisa é a gente viver e caminhar com as próprias pernas, alimentar da própria produção, a gente comer aquela carne saudável que a gente sempre teve costume de comer, tomar aquele leite que não é aquele leite de latinha que tem o produto que faz o... que tem data de validade, você ter a sua vaquinha isso que é o sonho da gente, e nessas alturas a gente está aqui fazendo um apelo à vocês que está colhendo essas propostas da gente para poder procurar trazer uma solução para a gente. (Sr. Marcelo Reis Saul, comunidade Corte de Vara II, 15 de janeiro de 2017)

Agora a plantação de eucalipto nos prejudicou demais. Sabe por que prejudicou? Prejudicou porque todo mundo aqui criava na chapada; todo mundo tirava um pau para fazer uma casa e eles acabou com tudo, eles desmatou tudo. Hoje em dia se nós tiver o dinheiro para nós ir fora para comprar madeira para pôr na casa é bom, se for de eucalipto nós não pode tirar porque é deles. Muitos anos aí atrás aí tudo mundo criava essas criação, era animal, era cavalo, era vaca, tudo na chapada aí. Era solta tudo junto, hoje em dia nós não pode criar nada, nós mora dentro da reserva, que nem a firma não tem reserva aqui não, nós mora dentro da reserva, não tem reserva aqui não, você pode andar de um lado e de outro aqui, a reserva é essas grotas onde mora, não tem reserva aqui não, a firma está usando a reserva para plantar o eucalipto em cima do povo aqui embaixo. (...) então prejudicou o que fazem com cabeceira de água porque eles plantou os eucaliptos foi na beira das cabeceiras de água, vem adubo, eles coloca adubo, eles bota veneno de modo de inseto que dê em eucalipto. Quando é na época que chove esse trem cai tudo na beira do rio. Não examina nada! O povo não tem outra água e aí tem de usar essa mesmo. Então isso tudo prejudicou nós. (Sr. Valdete, comunidade Lamarão, 15 de janeiro de 2017)

Vem de muitos anos! Desde o tempo do meu pai que começou esse negócio de eucalipto. O pessoal chegou invadiram tudo, e começou, e como já estão dizendo, que eles já disseram aí, acabaram com o gado do povo quase tudo no veneno, as águas secou tudo porque eles agradecem a chapada tudo, faz esses carreador, não abre aquelas, como que fala, aquelas bacias para encher de água, a água bate nessa chapadona assim igual isso aqui, só bateu aqui cai lá dentro do rio e vai embora, nascente não existe mais, o nosso solo só vai afundando, as nascentes acabou, os córregos corria água, os brotos de água brotava assim na cabeceiras, nas beiras de chapada e corria, enchia os córregos e caia no Rio Grande, hoje não existe mais, acabou tudo, com isso aí. Com essa degradação que acabaram com as chapadas, a vegetação da chapada e o mato da chapada, plantou esse eucalipto aí a terra ficou desse tipo que está aqui, toda a chuva que cai vai direto para o rio, desce direto para o rio, fez foi muita cratera aí, onde é que fizeram os carreador tem cratera aí que joga uma casa dessa aqui dentro e que esconde, porque as enxurradas só

vai cavucando assim e jogando tudo para os rios, entupiu os rios todinho, acabou com o peixe tudo igual o pessoal disseram aí. Isso é uma grande verdade, daí por diante muitas coisas, doenças, muitas doenças aconteceu com o pessoal aí por causa desse tipo de coisa. O pessoal bebendo água de veneno, comendo coisa envenenada, intoxicado de todo o tipo, então a gente já sofreu muito nesse lugar aqui. Eu sei porque nasci e me criei aqui. (Sr. Zé Braz, comunidade Bonfim Estreito, 15 de janeiro de 2017)

A segurança alimentar e nutricional é concebida atualmente como um fenômeno multidimensional. Comporta a disponibilidade regular e permanente de alimentos adequados, o acesso físico e econômico a eles, a plena utilização biológica pelo organismo e a estabilidade das três dimensões anteriores. “Acessibilidade econômica significa que os custos financeiros, pessoais e familiares, associados com aquisição de alimento para uma determinada dieta, deveriam ser de tal ordem que a satisfação de outras necessidades básicas não fique ameaçada ou comprometida” (ONU, 1999). A estabilidade é decisiva para a definição da situação de segurança ou insegurança alimentar das famílias porque envolve a sustentabilidade social, econômica e ambiental, e demanda o planejamento de ações pelo poder público e pelas famílias ante eventuais problemas que podem ser crônicos, sazonais ou passageiros (ver Borges e Silva, 2017).

A situação é de insegurança alimentar entre as famílias geraizeiras de Vale das Cancelas. É o que confirma a liderança geraizeira, a liderança Lourdes da Costa, segundo a qual está faltando comida dentro de muitos lares e, em outros, a alimentação hoje em dia não é saudável porque advém, a maior parte, da compra. “Antes saía apenas para comprar sal, mas hoje quase toda comida é comprada nas cidades (comida industrializada, inclusive para as crianças pequenas)”. Há consumo generalizado de alimentos industrializados, inclusive na alimentação escolar em relação à qual se queixam do poder público municipal não estimular a produção geraizeira a fim de adquiri-la. São poucas as famílias que ainda mantêm criação de animais, roças e hortas de extraem alimentos em quantidade suficiente. O cercamento dos gerais, pelas empresas de eucalipto e pinus, é uma variável explicativa central.

Os gerais foram derrubados, mutilando o sistema de produção geraizeiro, ao retirar-lhe componentes importantes como a criação do gado na solta e o extrativismo de frutos. A produção agrícola caiu, sobretudo, pelo escasseamento das águas. A chegada de gente de fora também trouxe junto uma série produtos industrializados, que ocuparam as prateleiras dos mercadinhos locais e, logo, as feiras também mingüaram. O fluxo agora é outro: o alimento é levado das cidades para as roças. (Nogueira, 2009: 148-9)

A seca, que perdura na região há cerca de seis anos, também tem comprometido a capacidade de produção de alimentos. Como o dinheiro adquirido a duras penas é pouco, o

resultado é a preocupação constante e mesmo a falta de alimentos agravados pelas mudanças drásticas no regime hídrico e na biodiversidade, por muitos atribuídas às monoculturas.

Olhe, no tempo que a gente era mais novo de toda maneira era melhor, chovia mais, a gente trabalhava mais também, tinha mais fartura, e hoje de uns tempos para cá tanto faz a gente que não trabalha como os que trabalha, mas os tempos está desse jeito, trabalha, mas até agora não produz, não produz porque as terras nossas aqui fica seca, terra boas, quando o tempo for bom de chuva produz bem, mas se faltou a chuva, e antigamente a gente não comprava feijão, não comprava farinha, não comprava açúcar, nós fazia café, nós tinha cana, fazia café de caldo de cana, farinha da produção da gente, a gente comia feijão, essas coisas, colhia feijão, colhia milho, fazia rapadura, mas tudo isso de uns tempos para cá acabou, né?! (sr. Agílio, comunidade Tingui, 15 de janeiro de 2017)

Que nem os meus companheiros estava falando aí da situação que era antes e a situação que é hoje. A minha maior preocupação é a seguinte: antigamente a gente plantava e colhia, tinha água, aí depois dos grandes empreendimentos, plantaram na chapada, assorearam os nossos rios, mataram os nossos peixes, e acabou com a nossa fruta, com o nosso cerrado. (Sr. Juvenal, comunidade Cova da Cancela, 15 de janeiro de 2017)

O mel também extraia mel, tinha muitas abelhas. Eram muitas colmeias de várias qualidades de abelha. As abelhas eram muitas, a Sanharó, a Europa, Jataí, Papa-terra; várias abelhas tinha. Mas, com a chegada do eucalipto isso já está extinto, e isso prejudicou muito a cultura dos geraizeiro. (Sr. Adair “Nenzão”, liderança, 15 de janeiro de 2017)

As empresas degrada tudo! Derruba todo o tipo de frutas, o pequiizeiro (é uns dos que não pode), mas eles continua arrancando. Os que eles não arranca eles batem um veneno depois que o eucalipto está grandinho, mata todo pequiizeiro. Então está em extinção a área de Cerrado. Todas as frutas igual os nossos amigos aí já falaram que tinha na região. O alimento para os animais, para o ser humano também, isso estão acabando. Dia a dia a gente estamos vendo uma tristeza nesse lado, o lado de alimento, a nossa área de alimento aqui na região continua ainda prejudicado com o agrotóxico. As empresas batem os venenos com os aviões contaminando a água, a natureza. As águas são contaminadas, desce tudo isso para os rios, a degradação afoga os rios, estão afogando, estão acabando com as nascentes, não brota mais aquela água que era antes, estão acabando. (Sr. Carmerino, comunidade Batalha, 15 de janeiro de 2017)

Era mesmo moço. Agora estou prejudicado pela firma, a firma me judiou muito na época, como de água, judiou com essa água, um brejo, arroz, feijão, agora virou só caverna, quando quer água tem que usar água de fora. Essas firmas prejudicou muito nós nessa época e até hoje prejudicou. (Sr. Marcelo, comunidade Corte de Vara, 15 de janeiro de 2017)

Considerações finais

As comunidades tradicionais do Brasil vêm passando por graves violações de direitos humanos. As razões para tais violações são de caráter histórico e estrutural: racismo (também institucional), violência e grilagem de terras são alguns dos principais fatores nessa equação. É nesse contexto sociopolítico que as comunidades do Território Geraizeiro de Vale das Cancelas vêm tentando sobreviver. Conforme foi visto nas páginas anteriores, as violações de direitos

humanos impedem a realização do seu modo de vida tradicional e, tanto pior, limitam a realização das potencialidades de suas vidas. Incontáveis possibilidades de fruição da vida são perdidas diante das violações de direitos!

Para os povos e comunidades tradicionais, a terra e o território têm uma importância fundamental. A falta de terra titulada em Vale das Cancelas impossibilita o exercício de atividades tradicionais como o plantio e coleta de alimentos, criação do gado “na solta” e a consequente insegurança alimentar e nutricional; desencadeia também conflitos fundiários, violência cotidiana e a não-fruição de todas as relações étnico-culturais com o ambiente ao redor.

Portanto, a conclusão é a de que famílias e comunidades tradicionais em Vale das Cancelas vivem em preocupante situação de violações dos seus direitos humanos. Diante da omissão histórica do Estado brasileiro, ou de ações diretas que impactam negativamente sua cidadania, o desafio é fazer com que seus direitos sejam respeitados, protegidos, promovidos e providos. É de se esperar que sejam concebidas e executadas medidas políticas, legais, administrativas e jurídicas que revertam essa situação em prol do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Território Geraizeiros de Vale das Cancelas, com a devida participação desses sujeitos em todas as etapas desse processo.

Referências bibliográficas

BORGES, Júlio César e SILVA, Luana Natielle B. e. **Diagnóstico de violações de direitos e situação de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em Brejo dos Crioulos (MG)**. Brasília: FIAN Brasil, 2017.

CAA. **Território tradicional geraizeiro de Vale das Cancelas**: relatório das oficinas de auto-demarcação. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas/CAA, outubro de 2015.

D'ANGELIS FILHO, João Silveira e DAYRELL, Carlos Alberto. Ataque aos Cerrados: a saga dos geraizeiros que insistem em defender o seu lugar. **Cadernos do CEAS**, Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, n.222, abril/junho de 2003.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas**: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais. Dissertação (Mestrado), Universidade Internacional de Andalucia Sede Ibero Americana - La Rábida, 1998.

_____. **Contexto atual do território geraizeiro de Vale das Cancelas**. Montes Claros: mimeo, 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 2015.

FIAN INTERNACIONAL. **Identificación, investigación, documentación, intervención y monitoreo de los casos de violaciones del Derecho Humano a La Alimentación Adecuada y derechos relacionados**: proposta metodológica. Unidad de casos, 6/5/2010.

FONSECA, Graziano Leal. **Mineração no norte de Minas**: gerais e geraizeiros ameaçados em função do projeto Vale do Rio Pardo na microrregião de Grão Mogol, MG. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros/MG, Montes Claros, abril de 2014.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília, Série Antropologia n. 322, Departamento de Antropologia, UnB, 2002.

MOTTA, Márcia Maria M. Terra, nação e tradições inventadas: uma outra abordagem sobre a Lei de Terras de 1850. In: Motta, Márcia e Mendonça, Sônia (orgs.). **Nação e poder**: as dimensões da história. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 1998.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora**: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Antropologia Social), PPGAS, Universidade de Brasília, fevereiro de 2009.

ONU. **Comentário Geral número 12**: o direito humano à alimentação (art.11). Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos, 1999. Disponível em: <http://fianbrasil.org.br/novo/wp-content/uploads/2016/09/Comentário-Geral-12.pdf>

SCHETTINO, Marco Paulo Froes. Parecer de caracterização sociocultural, conflitos socioambientais e territorialidade da população tradicional geraizeira nos municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho e Josenópolis, no Norte de Minas Gerais. Parecer nº. 90/2014/6ª CCR/Asper. In: **IC nº. 1.22.005.000357/2013-58**. Brasília: MPF/6ª CCR, 2014.

SOUZA, Marcos A. e SOUZA, André A. **Representação criminal apresentada às Promotorias de Justiça, de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Econômica e Tributária do Norte de Minas, Ministério Público Estadual de Minas Gerais**. Montes Claros: Alves, Mota e Souza Advogados Associados, 7 de julho de 2017.

VALENTE, Flávio L. S. **Rumo à Realização Plena do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas**. Brasília: FIAN Brasil, 2016